

RE-VISITANDO A QUESTÃO DO TERRITÓRIO: um diálogo interdisciplinar

José Aparecido Lima Dourado¹

Helena Angélica de Mesquita²

Resumo: A crise paradigmática que se abateu sobre as Ciências, na segunda metade do século XX, trouxe novos desafios para a Geografia. A partir da década de 1970, a ciência geográfica passou por profundas transformações, devido à consolidação de novas correntes teóricas. Houve nesse período um importante movimento em torno da reelaboração do conceito de território, havendo assim, grandes avanços, no que tange aos aspectos teóricos-metodológicos. Frente ao intenso debate acerca do conceito de território, este texto traz uma abordagem panorâmica das principais discussões sobre território na Geografia, de modo a trazer para o debate autores que tem debruçado suas análises sobre a temática. Devido a falta de rigor com que tem sido abordado por alguns, muitos são os equívocos teóricos cometidos, tornando o território um conceito muito caro à Geografia. Com este artigo, tem-se a pretensão de contribuir para enriquecer o debate sobre a importância do território para os estudos agrários.

Palavras-chave: Território. Ciências sociais. Geografia. Poder. Estudos agrários.

La crisis paradigmática que afectó a las ciencias, en la segunda mitad del siglo XX trajo consigo nuevos desafíos para la geografía. Desde la década de 1970, la ciencia geográfica ha experimentado profundos cambios debido a la consolidación de nuevas perspectivas teóricas. Hubo un movimiento importante en este período en torno de la reelaboración del concepto de territorio, por lo que es, a grandes zancadas, con respecto a los aspectos teóricos y metodológicos. Ante el intenso debate sobre el concepto de territorio, este documento presenta una visión general de las discusiones principales sobre el enfoque de territorio en la geografía, con el fin de llevar a los autores se inclinan debate que tienen sus análisis sobre el tema. Debido a la falta de rigor con el que ha sido abordado por algunos, hay muchos errores teóricos cometidos, lo que hace del territorio un concepto muy querido por la geografía. Con este artículo, tenemos la intención de contribuir a enriquecer el debate sobre la importancia del territorio para los estudios agrarios.

Palabras clave: Territorio. Ciencias sociales. Geografía. Poder. Estudios Agrarios.

Introdução

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privam de distinções úteis e necessárias.
(RAFFESTIN, 1993)

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais. Bolsista CAPES.

² ProfªDrª do Programa de Pós-Graduação *Strictu sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais

Ainda que a discussão sobre o território não seja algo exatamente novo para as ciências sociais, e mais especificamente para a geografia, é extremamente profícuo e oportuno o debate que tem se desenvolvido acerca deste conceito nos anos pós-1960/70, quando a crise do paradigma positivista coloca em questão as “verdades científicas”, até então, ordenadoras do conhecimento científico. De fato, vive-se um momento no qual o enfrentamento teórico tem provocado a revisão de ideias e posicionamentos, e por sua vez, tem proporcionado avanços significativos na compreensão de conceitos-chave para as ciências sociais.

Neste intenso movimento de revisão teórico-conceitual que perpassa o conhecimento a partir de meados do século XX, novos desafios foram/são postos, dentre os quais chamamos à atenção para a questão do método. Historicamente o método sempre foi um problema para as Ciências Humanas que por um período significativo fundamentaram suas reflexões no positivismo, método este pensado para apreender o universo das Ciências Naturais. Cabe aqui destacar que o método não deve ser concebido como uma entidade deslocada de um contexto, condição essa reveladora de seus aspectos social, político e ideológico.

A atual crise paradigmática vivida pelas ciências tem proporcionado a evolução do debate de conceitos como território, colocando-o à luz de referenciais diversificados, que ora convergem ora divergem. Isto posto, é preciso atentar para o perigo de ecletismo ao abordar tal conceito, cuidado esse que não deve ser um obstáculo para a busca do diálogo entre as várias correntes teóricas que se ocupam da temática.

No que diz respeito à Geografia, essa crise paradigmática tem-se mostrado extremamente benéfica à evolução do pensamento geográfico, cuja sistematização do conhecimento ocorre num universo plural e adepto às diversidades teórico-conceituais. Se o projeto geográfico do século XIX foi marcado por uma ciência positiva como modelo social, a segunda metade do século XX trouxe à tona a ebulição de um movimento em favor de uma geografia mais compromissada socialmente, cujo olhar voltou-se para as redefinições do espaço em decorrência do modo de produção capitalista.

No Brasil os estudos relativos ao tema seguem basicamente três escolas: a abordagem deleuziana, de matriz francesa; a matriz italiana representada pelos estudos de Massimo Quaini e a abordagem de base materialista econômica do território feita por Milton Santos.

Neste texto propõe-se fazer uma revisão sobre os caminhos percorridos pelos estudos que têm como enfoque central a análise do território na Geografia, de maneira a destacar o processo de evolução teórica deste conceito, em suas diversas tendências e/ou perspectivas de abordagem. Tenta-se também refletir sobre as contribuições deste conceito para os estudos agrários a partir da política de desenvolvimento territorial para o Nordeste implantada pelo Estado, num esforço de equacionar os desdobramentos desta ação no que diz à sua materialização no

território. Serão mencionados estudos realizados a partir do século XIX, por assim entender que os estudos de Ratzel sobre o território são seminais para a geografia.

Para tornar possível tal propósito, procurou-se estabelecer um diálogo com e entre os autores Raffestin (1993), Haesbaert (1997, 2007, 2007a), Santos (1994), Saquet (2007) e Oliveira (1981, 2003), havendo o cuidado para que essa abordagem não seja feita de maneira descolada de seu contexto histórico-social. Como contribuição teórica, espera-se ampliar a discussão sobre o conceito de território na ciência geográfica, sob a luz das várias escolas que tratam deste assunto. Na verdade, não há a preocupação em verificar se esta ou aquela abordagem é a mais adequada ou não, mas sim, chamar para o diálogo autores e ideias distintos, como meio de colocar-se favorável ao fazer ciência considerando outras formas de pensar.

Algumas abordagens de território na perspectiva dos geógrafos

Uma preocupação recorrente entre os geógrafos Raffestin (1993) e Sposito (2004) é a distinção entre espaço e território. Tal preocupação se justifica porque muitas são as confusões teóricas ao diferenciar esses dois conceitos. Dito isso, ocupar-se-á neste texto em demonstrar como essa discussão chega para a geografia, bem como os geógrafos tem incorporado o discurso sobre o território, tanto no que diz respeito à questão do método quanto a sua evolução conceitual.

No âmbito da geografia, procurou-se retomar os registros feitos por Ratzel, no século XIX até a atualidade, no intuito de estabelecer um diálogo (não uma comparação), de modo que sejam demonstrados como diferentes autores e escolas compreendem o território. Antes de adentrar na incursão teórico-metodológica sobre esse assunto, é oportuno ponderar sobre as modificações ocorridas no pensamento geográfico no século XIX, em virtude da necessidade de fundar um sistema de conhecimento científico que fosse capaz de superar todos os entraves decorrentes do saber tradicional.

Surge, então, um novo projeto científico fundamentado na positividade do conhecimento, sistematizada em quatro aparatos: racionalidade, dessacralização e banalização da natureza, pensamento científico e a fé no progresso. Tem-se nessa conjuntura uma valorização do meio natural, na qual a concepção de natureza passa a ser definidora da dinâmica social. No universo regido pelas leis naturais, Friedrich Ratzel (1990) vai incorporar os critérios conceituais e metodológicos do evolucionismo proposto por Darwin para desenvolver sua compreensão de território.

Assim, Friedrich Ratzel (1990) se transformou num dos precursores da abordagem do território na Alemanha do século XIX, tendo este superado muitos dos obstáculos teóricos e metodológicos relativos à análise geográfica dos fatos humanos e sociais. Sua compreensão deste conceito perpassa pela associação dos fenômenos humanos, sociais e políticos à incidência de fenômenos naturais. Para o

autor, o positivismo seria, pois, o método capaz de oferecer as bases para o entendimento totalizador do conhecimento a partir de um projeto unitário (MENDOZA; JIMENEZ; CANTERO, 2002, p. 31-40).

No contexto da busca pela restauração do Estado alemão e pela expansão de suas fronteiras, Ratzel (1990) sistematiza o conhecimento geográfico, de modo que este possa fundamentar a ação do Estado na busca pela dominação de novos territórios transformando-os em suas colônias. Na tentativa de restaurar o Estado alemão em sua força e grandeza, a defesa pela expansão do território transformou-se na justificativa para garantir a posse e a proteção de recursos como o solo, a água e os alimentos. Em sua obra *Abordagens e concepções de território*, Saquet (2007, p. 30-31) destaca que “Ratzel corresponde, grosso modo, sociedade e homem com território e solo. O território significa apropriação e dominação”.

A ideia de Estado-Nação é recorrente na obra de Ratzel, e está basicamente fundamentada nos pressupostos teóricos e filosóficos positivistas. Este incorpora em seu discurso a dimensão organicista-evolucionista, a partir do método das ciências naturais. Tem-se neste universo o surgimento da discussão teórico-metodológica, expressa pela dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana, sendo esta última questionada em sua validade e cientificidade. Desta forma, a questão do método sempre foi um problema para a Geografia Humana.

No pensamento geográfico clássico, outros conceitos assumiram o papel de destaque, como região, paisagem e lugar. O território ganharia novamente importância no pós-1950/60 quando a New Geography entra em declínio, o que tornou o momento extremamente favorável à construção de novos conceitos e à reelaboração de outros já existentes. Cabe dizer que esse momento histórico é marcado por intensas transformações socioespaciais, ainda decorrentes da Segunda Guerra Mundial, frente à necessidade de reordenar o território de acordo com os novos atores hegemônicos. Era, pois, preciso planejar/ordenar o espaço e o território a partir da perspectiva eurocêntrica, desenvolvimentista e centrada na ideia de modernidade, de modo a dar sustentação ao sistema capitalista em seu processo de reprodução.

É nesse panorama de transformações socioespaciais e de mudanças paradigmáticas que o pensamento geográfico se desenvolve em meados do século XX, a partir da crítica aos horizontes da geografia clássica. O movimento de renovação da geografia trouxe novas perspectivas para a abordagem do conceito de território, havendo uma diversidade de concepções.

De antemão, a abordagem do território não é homogênea, dando-se a partir de três vertentes basilares: econômica, política e cultural. Urge dizer que em determinadas situações estas concepções se mesclam e se complementam. Após a década de 1970, os debates sobre o território passaram a acontecer na geografia à luz de duas correntes: a fenomenologia e o materialismo histórico. Dentre os autores

que podemos destacar Raffestin, (1993), Bonnemaïson (2002), Santos (1994), Haesbaert (1997, 2007, 2007a), Saquet (2007) e Fernandes (2008, 2009).

Raffestin (1993) é considerado um expoente no que se refere aos estudos sobre território, já que este embasa a maioria dos trabalhos que tem como centralidade essa temática. Partindo de uma abordagem relacional, o território seria uma construção política, enquanto que o espaço geográfico seria um substrato, palco pré-existente. Além disso, Haesbaert (2007, p. 84) afirma que

[...] a concepção de território em Raffestin torna-se bastante ampla, o território como a “prisão” que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significados (HAESBAERT, 2007, p. 84).

Outrossim, sua análise está centrada no território a partir da coexistência de múltiplos poderes e, não apenas do poder estatal. Sobre esse assunto, Raffestin (1993, p. 152) revela que

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, novas implantações e de novas ligações (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

A concepção desenvolvida por Raffestin perpassa pela crítica às abordagens que privilegiam o poder do Estado, pois este milita em favor da multidimensionalidade do poder, do território e da territorialidade (SAQUET, 2007, p. 75). Sua crítica perpassa também pela vertente naturalista, pois entende o território como resultados de relações sociais, de poder e dominação. Os estudos sobre territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) são uma contribuição inegável, tendo se transformado em referência para outros autores como Haesbaert.

Verifica-se que em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, o autor chama a atenção para o fato de que a produção do território combina malhas, nós e redes, como aspectos delimitadores das práticas espaciais. Ao tratar da territorialidade, o autor destaca a necessidade de superar a visão naturalista tão presente desde os estudos de Ratzel. Raffestin (1993, p. 160) define a territorialidade como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Bonnemaïson (2002), geógrafo culturalista faz uma abordagem do território associado à corrente humanística da Geografia, havendo uma valorização do simbólico e das representações. Seu estudo sobre sociedades tradicionais de uma ilha na Oceania revelou um aspecto interessante quanto à leitura do território, ou seja, uma linguagem simbólica a partir da qual o grupo difunde e reproduz a sua

visão de mundo. O território traz em si uma conotação simbólico-cultural extremamente marcada por questões de método, haja vista a preocupação por parte do autor em diferenciar o processo de apropriação do território entre as sociedades animais e as sociedades humanas.

Na perspectiva das sociedades humanas, o território seria “um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários”. (BONNEMAISON, 2002, p. 99). Pode-se dizer que este autor é um dos precursores na discussão do território numa perspectiva simbólico-cultural, mesmo que esta abordagem seja reconhecidamente minoritária. Todavia, é o mesmo autor que salienta o papel da escola anglo-saxônica, especialmente dos americanos, para a expansão da geografia cultural, como uma ramificação da geografia.

Sua análise sobre as sociedades tradicionais deixa evidente a relação entre espaço e território, num jogo de complementaridade. Para Bonnemaïson (2002, p. 127) “Espaço e território têm conotações ao mesmo tempo inversas e complementares”. Ainda sobre essa interdependência, o autor destaca que

O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano. Existe aí uma espécie de relação dialética, pois cada um dos dois termos é ao mesmo tempo, complemento e portador de significados contrários (BONNEMAISON, 2002, p. 129).

Para as sociedades tradicionais o território teria duas funções básicas: uma de ordem política e outra de ordem cultural. Na primeira, seria enfatizada a questão da segurança enquanto que na segunda daria importância à identidade. Nessa perspectiva, seria possível falar em “morte do território” devido ao desaparecimento de uma determinada cultura.

Pode-se dizer que Bonnemaïson avança em relação à abordagem feita por Raffestin (1993) ao incorporar em sua discussão outra dimensão de análise, representada pela construção de território a partir do simbólico. Embora as correntes teóricas sejam diferentes, tanto Bonnemaïson quanto Raffestin fazem uma diferenciação entre território e espaço.

Milton Santos (1994) procurou construir/discutir a ideia de território (também a partir de um viés político) por meio de uma abordagem econômico-material. Sua contribuição é fundamental para a evolução dos conceitos de espaço geográfico e território, cabendo ainda frisar as suas reflexões sobre a des-territorialização.

Em sua obra Território: globalização e fragmentação, Santos (1994) trabalha conceitos como território usado, horizontalidades e verticalidades. Daí o autor afirmar que o território “pode ser formado por lugares contíguos e de lugares em rede”. (SANTOS, 1994, p. 16). Neste texto, o autor começa a criticar a ideia de

“conceitos puros”, por assim entender que ao fazê-los estaria desconsiderando a sua historicidade, bem como o seu caráter híbrido.

Haesbaert (1997, 2007a, 2007b) analisa o território por diferentes enfoques. Para o autor, o território deve ser enfatizado, segundo três vertentes: uma culturalista, uma econômica e outra jurídico-política. Pode-se dizer que o autor avança na discussão do conceito em relação a Raffestin (1993) porque acaba por incorporar elementos como cultura e identidade em seus estudos. Em suas obras, é interessante destacar a ideia de territórios-rede, territórios-zona e aglomerados de exclusão, sendo estes constituintes da multiterritorialidade.

Em O mito da desterritorialização, Haesbaert (2007) alerta para o fato de que ao contrário do que muitos defendem, não estaríamos vivendo um processo de desterritorialização, mas a construção de uma multiterritorialidade fruto de imbricadas relações de poder. Haesbaert (2007, p. 338) define multiterritorialidade como “[...] a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização”.

Haesbaert (1997) rompe com a ideia equivocada de “modernização sulista” ocorrida na região Nordeste a partir do final da década de 1970. Para o autor, há que se considerar o papel de outros atores inseridos nesse novo processo, permeado por múltiplas dinâmicas e dimensões. Esmiuçando essa concepção, Haesbaert (1997, p. 133) afirma que

Trata-se antes de tudo de um processo de expansão dos espaços capitalistas na fase da globalização agroindustrial, financeira e técnico-informacional, e não simplesmente uma “modernização sulista”, como alguns ainda apregoam, ignorando o papel de outros grupos capitalistas, de caráter nacional ou transnacional, provenientes do Sudeste do país (incluindo descendentes de japoneses) e da própria região Nordeste (HAESBAERT, 1997, p. 133).

O autor enfatiza que a rede gaúcha encontra-se articulada através de várias redes, superando os limites regionais. Mesmo estando numa outra realidade, os gaúchos procuraram criar símbolos que pudessem de alguma forma manter suas raízes sulistas como referência na vida cotidiana. Isso revela o caráter político da abordagem de Haesbaert (1997), pois há a preocupação em demonstrar as estratégias utilizadas pelos “gaúchos” para resguardar e fortalecer sua identidade cultural.

Cabe ressaltar que Haesbaert discute a identidade como categoria de identidade territorial. Para o referido autor o processo de produção do espaço é compreendido a partir da perspectiva de Henri Lefebvre, sendo o espaço produto do trabalho humano e repleto de símbolos e representações.

Outro autor que tem debruçado sobre o conceito de território é Marcos Aurélio Saquet. Discípulo do italiano Massimo Quaini, Saquet faz uma abordagem (i)material, histórica e multiescalar do território numa perspectiva próxima daquela feita por Raffestin, não significando, porém, que suas concepções sobre esse conceito sejam totalmente divergentes com Haesbaert. Ao contrário, Saquet (2004) retoma a discussão sobre o território sob a ótica desenvolvida por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), fazendo, ao que tudo indica, uma compilação das reflexões realizadas pelos demais autores.

Sua compreensão de espaço está centrada na obra de Lefebvre como resultado da produção social enquanto que “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por um determinado grupo social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas”. (SAQUET, 2007, p. 127). Prosseguindo com a discussão, Saquet (2007) acredita que os territórios possam ser temporários ou mais permanentes a depender das relações de poder que se materializam no espaço. Suas obras evidenciam uma compreensão sobre o referido conceito a partir da relação sociedade-natureza, defendendo a ideia de que os aspectos políticos, econômicos e culturais são decisivos nos processos de desterritorialização e reterritorialização.

O conceito de território tem sido muito usado pelos teóricos da Geografia Agrária em suas análises e interpretações sobre a realidade do campo brasileiro. Este conceito oferece elementos capazes de possibilitar uma reflexão aprofundada sobre as contradições que perpassam a questão agrária porque evidencia as relações de poder, os conflitos decorrentes da territorialização do capital no campo bem como as estratégias utilizadas pelos camponeses em suas lutas de resistência no/pelo território.

Considerações finais

Ao final destas breves considerações sobre alguns dos principais autores que abordam a literatura pertinente ao tema proposto neste artigo, acredita-se ser necessário fazer um arremate entre suas principais ideias. Sabe-se que as reflexões suscitadas são tão-somente um indicativo das discussões desenvolvidas pelos pesquisadores, logo, a consulta aos originais torna-se indispensável para um maior aprofundamento sobre a temática.

Embora haja divergências referentes à orientação teórica, percebe-se que os autores têm procurado, dentro das possibilidades teórico-metodológicas, proporcionar o encontro entre as diferentes matrizes. Essa postura tem possibilitado um ambiente favorável à ampliação do debate acerca do conceito de território, que se traduz por meio de uma maior clareza por parte de seus estudiosos ao elaborar suas reflexões.

Enquanto categoria de análise para uma variedade de ciências, o território passa a reassumir papel de destaque a partir dos anos 1970, quando a crise do paradigma vigente abre a possibilidade de ampliar o leque de discussão na geografia, numa outra perspectiva que não fosse a do viés quantitativista.

Cada autor, em consonância com seus propósitos, procura avançar na discussão sobre a temática, ora criticando ora coadunando com as teorizações elaboradas por outrem, o que tem tornado esse movimento extremamente enriquecedor ao debate. Assim, geografizar o conceito de território é antes de mais nada a busca pela delimitação de um campo extremamente profícuo à análise do processo de produção do espaço.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 395 p.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hobrisdismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B. de. e HAESBAERT, R. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007a.p. 36-56.

MENDOZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a lastendenciasradicales)**. Madrid: Alianza Editorial. 546 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269 p.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.

SANTOS, M. (Org.). **Território, territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, 2002. p. 9-38.

_____. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

_____. Por uma abordagem territorial. In.: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009 368 p.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 218 p.